



FASUBRA
ASSUFGRS
Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS

Jornal 303 - Maio 2017
assufrgs.org.br

DIA 24 DE MAIO

VAMOS OCUPAR BRASÍLIA

CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS

DOS TRABALHADORES!

Paralisação na UFRGS, UFCSPA e IFRS



24 de Maio Caravana à Brasília em defesa dos nossos direitos!



Foto de Topo: Jorge Torres

O Golpe de Michel Temer acaba de completar um ano. Neste período sofremos uma intensa perda de direitos e ameaças cotidianas às condições de vida dos trabalhadores e de toda a população. No final de 2016 o Senado aprovou a PEC 55, que coloca teto nos gastos de saúde e educação pelos próximos 20 anos. Uma aprovação feita às pressas na calada da noite, depois de Brasília ter virado um campo de guerra devido a dura repressão do governo aos atos contrários à PEC. O discurso de todos os Senadores defensores da PEC foi de puro reacionarismo, dizendo que o faziam era em nome dos 12 milhões de desempregados, hoje em 14 milhões, como se investimentos em serviços básicos de atendimento à população fossem os responsáveis pela crise do país.

Mesmo após o dia 15 de março, em que trabalhadores saíram às ruas para mostrar sua revolta contra a Reforma da Previdência, o golpista Temer sancionou a PL da terceirização irrestrita. A medida foi aprovada a toque de caixa pela Câmara dos Deputados a partir de uma proposta de FHC que ficou engavetada por muitos anos. Um golpe que atinge em cheio todos trabalhadores brasileiros, em especial às mulheres e a população negra, que sempre foram a cara do trabalho precário no país.

Mas nós trabalhadores não nos calamos. O movimento culminou no último dia 28 de abril, quando a classe trabalhadora se uniu e realizou a mais importante e significativa GREVE GERAL das últimas décadas. De norte a sul do país, mais de 40 milhões de pessoas aderiram à greve convocada pelas centrais sindicais diante do maior ataque aos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais que se tem notícia.



Greve Geral 28A - Trabalhadores tomam as ruas de Porto Alegre
Foto: Esquerda Online

aposentadoria e dos direitos trabalhistas! Nessa data a categoria dos técnico-administrativos em educação PARALISAM as atividades na UFRGS, UFCSPA e IFRS!

O governo esconde que os gastos com juros da dívida pública são superiores aos gastos com a previdência, chegando a quase 50% do orçamento da união. Só em 2015 a dívida pública consumiu aproximadamente R\$ 502 bilhões, sendo superiores ao valor de R\$ 486 bilhões destinados à previdência. No mesmo ano as desonerações tributárias totalizaram R\$ 280 bilhões e o governo federal abriu mão de cerca de 20% das suas receitas. Pouco se fala sobre o fato de que em 2015 o governo deixou de arrecadar cerca de R\$ 452 bilhões porque não havia políticas eficazes de combate à sonegação fiscal e que as receitas que deveriam ser destinadas à Seguridade Social terminam por ser desviadas para outros fins



Dia 24, quando é a provável votação da Reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara de Deputados, vamos ocupar Brasília para mostrar a força dos trabalhadores e aumentar a pressão sobre os parlamentares.

Agora a meta é ocupar Brasília no dia 24 de maio e chacoalhar o congresso corrupto! Em defesa da



AGENDA - 24 DE MAIO

PARALISAÇÃO na UFRGS, UFCSPA e IFRS!

14h - AULA PÚBLICA em frente à FACED/UFRGS (contra)Reformas da Previdência e Trabalhista.

16h - Concentração para caminhada em direção ao centro de Porto Alegre para ATO UNIFICADO

Caravana à Brasília

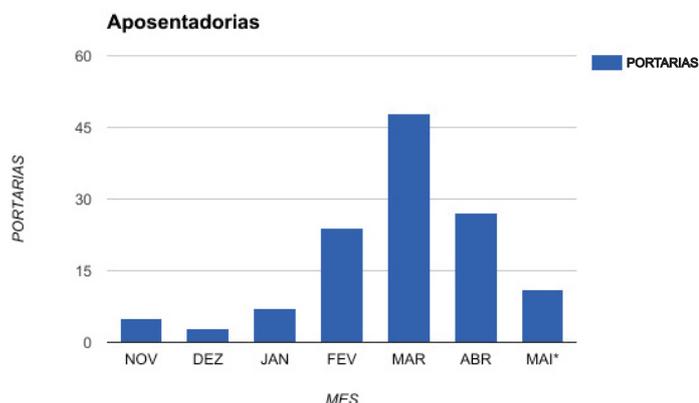
Saída no domingo (21 de maio) - chegada na segunda (23 de maio) - retorno na terça de noite (24 de maio). Inscrições abertas pelo e-mail secretaria@assufrgs.org.br

Assufrgs disponibilizará 21 vagas em ônibus fretado em parceria com o Andes. Não é necessário ser sócio do sindicato para participar da caravana. Caso o número de inscrições seja maior que o número de vagas a prioridade será para os colegas sindicalizados.

Reforma da Previdência: número de aposentadorias na UFRGS aumenta drasticamente

Em um simples levantamento realizado junto à PROGESP da UFRGS é possível constatar um aumento drástico no número de portarias de aposentadoria para técnico administrativos e docentes da universidade. Somente de 1º de janeiro a 16 de maio de 2017 já foram aprovados 120 portarias de aposentadoria. O número de pedidos de aposentadoria deve ser ainda maior. Para efeito de comparação o número total de aposentadoria em 2016 foi de 192 e em 2015, 179.

No gráfico abaixo é possível perceber que de uma média de 04 aposentadorias nos meses novembro e dezembro de 2016 pulamos para uma média de 30 aposentadorias por mês, nos primeiros meses de 2017, sendo que nos 10 primeiros dias de maio tivemos 11 portarias.



Essa média deve aumentar agora que a paridade e a integralidade estão ameaçados pela PEC287 da (contra)reforma da previdência, que a partir do dia 24 de maio deve entrar em votação no plenário da câmara. O texto atual, aprovado na Comissão Especial da Reforma da Previdência na Câmara dos

Deputados no último dia 09 de maio rejeitou a paridade para servidores públicos que entraram antes de 2003.

De acordo com o substitutivo, os servidores que entraram antes de 2003 terão que cumprir imediatamente as idades mínimas de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens para manter a integralidade dos seus benefícios. O servidores também irão ter que se aposentar com a média geral de todos os salários. O assunto poderá agora ser renegociado em Plenário. É hora de fazer pressão aos deputados contra a reforma da previdência.

A administração da UFRGS, entretanto, não tem previsão de novos concursos para suprir a demanda de trabalho extra que deverá ocorrer após a saída desse contingente de servidores se aposentando, acima da média. Isso levará à uma degradação imensa do quadro técnico e docente da Universidade. Teremos um impacto grande no serviço oferecido na UFRGS, visto que além da redução drástica do quadro, serão justamente os mais experientes e com mais cursos de capacitação que estão saindo.

"Essa é uma preocupação da comunidade da universidade e de todo o conjunto da sociedade. A Administração Central deve, minimamente, começar a exigir a renovação desses quadros. O ideal seria que a Administração se posiciona-se claramente contra a PEC287, ou ao menos demonstrasse preocupação em não inviabilizar/precarizar o nosso trabalho com o quadro reduzido que ficaremos caso essa reforma passe no congresso.", afirma a coordenação da Assufrgs Sindicato.

(contra) Reforma da Previdência segue para aprovação do plenário da câmara

Fique ligado: após aprovação da comissão especial a paridade para servidores que entraram antes de 2003 está ameaçada.

Na sessão do último dia 09 de maio, os deputados que compõem a Comissão Especial da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados concluíram e aprovaram a votação do parecer do relator, que recebeu 23 votos favoráveis e 14 contrários, sendo que 2 Deputados gaúchos votaram a favor: Darcísio Perondi e Mauro Pereira, ambos do PMDB.

Além dessa votação, analisaram dez sugestões de mudanças para o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16. A maioria delas foi apresentada pelos partidos da oposição. Destas,

apenas uma foi aprovada, a que muda o fórum de decisão judicial em processos relativos a acidentes de trabalho e aposentadoria.

Já o destaque do PSB que buscava manter a paridade e a integralidade dos novos benefícios de aposentadoria dos servidores públicos que entraram antes de 2003, foi rejeitado, por 22 votos a 14.

De acordo com o substitutivo, os servidores que entraram antes de 2003 terão que cumprir imediatamente as idades mínimas de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os

homens para manter a integralidade dos seus benefícios. O servidores também irão ter que se aposentar com a média geral de todos os salários.

O assunto poderá agora ser renegociado em Plenário. É hora de fazer pressão aos deputados contra a reforma da previdência.

Com a aprovação da comissão, a proposta de (contra)reforma da Previdência segue agora para votação no plenário da Câmara dos Deputados. Para ser aprovada, ela precisa de no mínimo 308 votos a favor, o equivalente a três quintos dos 513 deputados.

Conheça a Proposta de regras que a Comissão Especial da Reforma da Previdência encaminhou para votação na Câmara dos Deputados



Servidores públicos

Hoje: Há um regime próprio e separado da Previdência dos trabalhadores privados. Parte das aposentadorias vem da contribuição dos próprios servidores e outra parte, do governo.

Se aprovado: idade mínima de 62 anos para mulheres e de 65 anos para homens. Atingida a idade mínima, fica garantido o direito de receber de aposentadoria o valor integral do salário no último cargo, além de ter reajuste equivalente ao dos servidores ativos.



Idade Mínima

Hoje: É possível se aposentar sem idade mínima, com tempo mínimo de 15 anos de

contribuição.

Se aprovado: 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, com 25 anos de contribuição.



Benefício integral

Hoje: A soma da idade e do tempo de contribuição deve totalizar 85 (mulher) e 95 (homem), respeitado o tempo mínimo de contribuição de 30 anos (mulher) e 35 anos (homem).

Se aprovado: 40 anos de contribuição para atingir 100%. O valor da aposentadoria corresponderá 70% do valor dos salários do trabalhador, acrescidos de 1,5% para cada ano que superar 25 anos de contribuição, 2% para o que passar de 30 anos e 2,5% para o que superar 35 anos.



Regra de transição

Hoje: a partir de 45 anos para mulheres e de 50 anos para homens, com 50% de pedágio sobre o que faltar para cumprir 35 anos de contribuição para os homens e 30 anos para as mulheres.

Se aprovado: Idade mínima começará em 53 anos para mulheres e 55 anos para homens, sendo elevada em um ano a cada dois anos. Haverá um pedágio de 30% sobre o tempo de contribuição que faltar para atingir 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres).



Aposentadoria rural

Hoje: O trabalhador rural se aposenta com 55 anos

(mulheres) e 60 (homens) e precisa comprovar 15 anos de trabalho no campo. O produtor contribui com um percentual sobre a receita bruta da produção.

Se aprovado: idade mínima de 57 anos para mulheres e de 60 anos para homens, com mínimo de 15 anos de contribuição.



Benefício de Prestação Continuada

Hoje: Vinculado ao salário mínimo, com idade mínima de 65 anos para idosos de baixa renda.

Se aprovado: Mantida vinculação do salário mínimo, com idade mínima começando em 65 anos, subindo gradativamente até atingir 68 anos em 2020.



Pensões

Hoje: É permitido o acúmulo de pensão com aposentadoria

Se aprovado:

Mantida vinculação ao salário mínimo, com possibilidade de acumular aposentadoria e pensão, com o limite de até dois salários mínimos.



Professores

Hoje: Para professores públicos, os requisitos são 55 anos de idade, com 30 anos de contribuição para o homem e 50 anos de idade, com 25 anos de contribuição para a mulher. Para o regime geral, exige-se apenas tempo de contribuição (30 anos homem e 25 anos mulher), independente de idade mínima.

Se aprovado: Idade mínima fixada em 60 anos, com 25 anos de contribuição.



Policiais federais e policiais legislativos federais

Hoje: Aposentadoria voluntária com proventos integrais, independentemente da idade, após 30 anos de contribuição, com pelo menos, 20 anos de exercício policial, se homem; após 25 anos de contribuição, com pelo menos 15 anos de exercício policial, se mulher. Os policiais legislativos são considerados servidores públicos.

Se aprovado: Idade mínima de 55 anos. Para homens, exigência de 30 anos de contribuição, sendo 25 em atividade policial. Para mulheres, exigência de 25 anos de contribuição, sendo 20 em atividade policial.



Parlamentares

Hoje: Desde 1997, obedecem às regras dos servidores públicos, com idade mínima de 60 anos e 35 anos de contribuição, sendo proibida acumulação com outra aposentadoria do setor público. Valor dos proventos calculado igual ao de servidor público.

Se aprovado: Passam a ser vinculados ao RGPS, mas com transição diferente para o parlamentar federal. Nesses casos a aposentadoria será, inicialmente, aos 60 anos, subindo a partir de 2020 até o limite de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com 35 anos de contribuição. Caberá a estados e municípios definirem regras de transição de seus respectivos parlamentares.

Aposentadoria compulsória

Bem-vindos à ASSUFRGS Sindicato!

Confira quem são os colegas TAE que se filiaram no último período* Obrigado por se unir à luta e fortalecer o sindicato!

Maria Luisa Faccione Damiani - Biblioteca Central/UFRGS

Débora Simões da Silva Ribeiro - DAD/Prorext/UFRGS

Patricia Costa Azevedo - Instituto de Psicologia/UFRGS

Sérgio Luiz Sander - Faculdade de Agronomia/UFRGS

Juliana da Costa Leite Azevedo - Colégio de Aplicação

Betina Azevedo Faria de Melo - Colégio de Aplicação

Daniel Vaz Smith - UFCSPA

Adriano Rodrigues José - IFRS Campus Porto Alegre

Neila Sperotto - IFRS campus Rolante

Evelin Stahlhoefer Cotta - Biblioteca da Escola de Administração/UFRGS

Venha fazer parte dessa história. Filie-se também à ASSUFRGS Sindicato. Preencha a ficha no site: www.assufrgs.org.br/filiese

*Os nomes aqui divulgados são apenas dos colegas que se filiaram através do site e autorizaram a divulgação. Se você se filiou de maneira presencial e gostaria de constar na próxima edição do jornal, ou se filiou pelo site e ainda não foi procurado pela nossa comunicação, mande um e-mail para imprensa@assufrgs.org.br com uma sugestão de foto.

Entenda a (contra)reforma trabalhista: o trabalhador ficará ainda mais fragilizado

O Projeto de Lei PL 6.787/2016, aprovado pela Câmara dos Deputados em 26 de abril, modifica cerca de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de rever pontos específicos de outras leis e derrubar súmulas do TST que continham interpretações favoráveis aos trabalhadores. Trata-se da mais ampla alteração realizada na CLT de uma só vez.

Os fundamentos do projeto aprovado na Câmara são:

a) **Revogação do princípio que protege o trabalhador perante o empregador** e, segundo o qual, o primeiro é a parte mais fraca na relação de emprego, reduzindo a proteção do Estado aos trabalhadores e aumentando as garantias e a liberdade de ação das empresas nas relações de trabalho;

b) **Redução do poder de negociação e contratação coletiva dos sindicatos**, prevendo a possibilidade de realização de acordos individuais - inclusive verbais - para a pactuação de diversos aspectos das relações de trabalho, a não exigência de participação dos sindicatos na homologação de rescisões, o condicionamento da contribuição sindical à prévia concordância dos trabalhadores e a constituição de uma forma de representação dos trabalhadores independente do sindicato;

c) **Autorização para o rebaixamento de direitos previstos em lei**, por meio do princípio da prevalência do negociado sobre o legislado em relação a diversos aspectos das relações de trabalho;

d) **Ampliação da participação de contratos atípicos** e do trabalho autônomo no conjunto das formas de contratação existentes no mercado de trabalho, dando às empresas mais alternativas de promover ajustes nos custos fixos e;

e) **Forte restrição à atuação e ao poder normativo da Justiça do Trabalho**, bem como ao acesso dos trabalhadores ao judiciário trabalhista, criando uma série de condicionantes, limitando a gratuidade e impondo penalidades ao demandante caso perca a ação

A seguir, serão indicados e comentados os principais riscos e perdas para os trabalhadores e para o movimento sindical trazidos pelo projeto de reforma trabalhista aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados.

As relações de trabalho, negociação coletiva e papel da justiça do trabalho possibilitam a contra reforma com a prevalência do negociado sobre o legislado em relação à definição, entre outros, dos seguintes temas:

1. Limite diário da jornada, observado o limite semanal de 44 horas

2. Forma de quitação das horas extras, mediante pagamento ou compensação por meio de banco de horas (coletivo ou individual)

3. Forma de registro da jornada (ponto eletrônico ou outras formas)

4. Intervalo intrajornada, observados os períodos mínimos de 30 e 15 minutos para jornadas de 8 e 6 horas, respectivamente. Caso ocorra descumprimento desses períodos mínimos, o pagamento de horas extras incidirá somente sobre o tempo mínimo de intervalo não observado.

5. Regulamentação do teletrabalho, do regime de sobreaviso (permanência do empregado à disposição do empregador fora do horário e local habitual de trabalho, para, a qualquer momento, ser convocado) e do trabalho intermitente, em que são alternados períodos de prestação de serviços e de inatividade - horas, dias ou meses - independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador

6. Enquadramento do grau de insalubridade dos locais de trabalho nas empresas

7. Prorrogação da jornada de trabalho em locais insalubres sem prévia autorização do Ministério do Trabalho

8. Pagamento da PLR em mais de duas parcelas

De um modo geral, as reformas reduzem as garantias institucionais (do Estado e do sindicato) nas relações de trabalho e reforça a negociação individual direta entre empresa e trabalhadores. Além disso, estimula a fragmentação da negociação coletiva, ao favorecer as negociações por empresa quando:

- Estabelece a possibilidade de negociação independente do sindicato, inclusive por via de comissão, para cada local de trabalho, o que pode significar o embrião do sindicato por empresa. Na prática, a comissão extingue o monopólio da representação dos trabalhadores pelo sindicato, previsto na CLT e na Constituição Federal.

- Determina que qualquer tipo de contribuição sindical só poderá ser

descontado dos trabalhadores mediante expressa autorização prévia, que deverá ser comunicada à empresa

- Extingue a obrigatoriedade da homologação da rescisão no sindicato para os contratos com mais de um ano de duração. A homologação poderá feita pela comissão ou pelo representante dos empregados

- Possibilita a demissão coletiva sem prévio conhecimento ou negociação com o sindicato e sem necessidade de que haja formalização em acordo ou convenção coletiva.

O Projeto de Lei 6.787/2016 resultará, na prática, na drástica redução de direitos e no desmantelamento do sistema de relações de trabalho que vigorou no país desde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943. Mais ainda, **representará substancial redução do papel do Estado em relação à proteção ao trabalhador, o que deve piorar as condições de vida e trabalho e a capacidade de negociação dos sindicatos em cenário econômico extremamente adverso.**

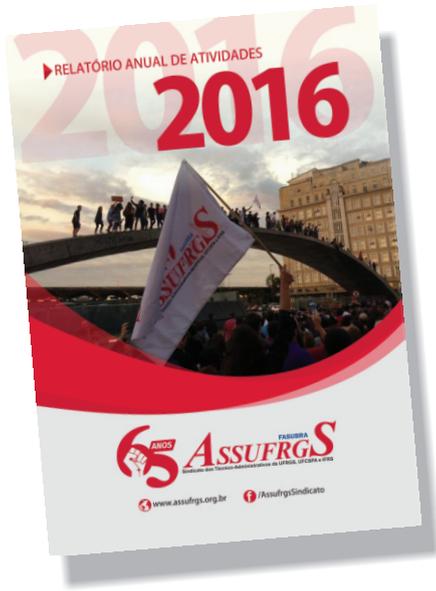
Além disso, cria uma nova forma de contrato de trabalho - o trabalho intermitente - e amplia de forma preocupante as possibilidades e condições de vigência de contratos atípicos, como o trabalho em tempo parcial. Essas medidas, somadas à liberalização generalizada da terceirização e do contrato temporário, à previsão da quarteirização e pejotização, promovida pela Lei 13.429/2017, poderão precarizar ainda mais as relações de trabalho.



Relatório de Atividades Assufrgs 2016:

Um ano de trabalho intenso e muitas atividades

Coordenação da Assufrgs Sindicato lança relatório de atividades anual de 2016. Confira na íntegra em assufrgs.org.br/relatorio2016



Durante o ano de 2016, a Assufrgs se colocou à frente de grandes lutas em um momento de ataques contra a democracia tanto em termos locais, quanto nacionalmente. O impeachment de Dilma Rousseff se configurou como um golpe contra a classe trabalhadora. Na sequência, as medidas antipopulares do governo golpista de Michel Temer se combinaram com um cenário local muito negativo, especialmente na UFRGS. Em meio à necessidade de lutar contra a retiradas de conquistas

históricas dos trabalhadores, foi indispensável nos mobilizar também na luta pela paridade e contra o aumento da carga horária na UFRGS - com a defesa da flexibilização e para barrar a imposição do controle eletrônico de frequência via login.

Este cenário nos colocou a necessidade de mobilizar os trabalhadores da base da Assufrgs, intensificando atividades na UFRGS, na UFCSPA e no IFRS. Além disso, participamos de uma série de atividades públicas, de articulações com outros sindicatos, centrais e frentes de luta, com o objetivo de conscientizar e mobilizar a nossa categoria, bem como intensificar a luta contra o golpe e seus efeitos, como a retirada de direitos e precarização das condições de trabalho. Além disso, lutamos com todas as nossas forças para mobilizar os servidores em seu local de trabalho, marcando reuniões em unidades e setores, levando o sindicato para o dia a dia do servidor em um momento decisivo. Tivemos, ao longo do ano, um número muito grande de assembleias, o que mostra nossa disposição em ouvir e orientar a categoria. Diante do momento político, a Assufrgs foi destaque na luta contra os retrocessos, realizando, produzindo, coorganizando e participando de mais de 240 atividades durante 2016.

Para atuar neste período difícil da história do país a Assufrgs constituiu uma nova equipe para a atuação no setor de imprensa, que por sua vez, elaborou um plano de reestruturação dos métodos de comunicação.

Tendo em vista a rápida modernização das ferramentas digitais, a necessidade de diminuição dos custos de produção de materiais e uma demanda eminente de dialogar com a comunidade universitária sobre o momento político e as demandas da universidade, o setor priorizou a construção de um site mais eficiente e moderno (lançado em março de 2017), a consolidação da entidade nas redes sociais e uma ponte de diálogo entre as demandas da categoria com a comunidade universitária e demais lutas sociais.

Nossa comunicação digital foi composta por aproximadamente 700 publicações no facebook, compostas, entre outras coisas, por mais de 40 eventos, 80 galerias de fotos. O resultado de nossa atuação foi a cobertura jornalística de aproximadamente 180 eventos e a elaboração de mais de 130 matérias e notas por nossa equipe. Para além disso, a atuação do sindicato e sua base foi pauta em mais de 20 reportagens de outros veículos de comunicação (se listarmos apenas os veículos de grande e médio porte).

Login: ASSUFRGS indica que servidores mantenham orientação da Assembleia

A reunião que o sindicato realizou com a administração central da UFRGS no último dia 24 de abril, levou para a Mesa de Negociação com a Reitoria as propostas construídas na Plenária dos Servidores da ASSUFRGS.



Enquanto aguardamos a análise da proposta jurídica pela Reitoria, em relação às sete horas de trabalho, nossa orientação se mantém a mesma, ou seja, que os servidores sigam registrando seus pontos em papel.

Além disso, é importante frisar que as modificações realizadas pela administração em relação à flexibilização estão sendo analisadas por nossa assessoria jurídica, sendo assim, segue sendo nossa posição defender o projeto que foi aprovado pelo CONSUN em dezembro de 2015, proposta esta que foi construída em um espaço compartilhado entre administração e técnicos, representando um avanço para as pretensões da categoria.

Enquanto isso, todos devem seguir a orientação de marcar reuniões com as direções de unidade, para que a Assufrgs possa construir saídas e fazer pressão em todos os níveis da administração. Também é necessário buscar apoio dos técnicos às propostas mais progressistas nas eleições de diretores, para fazer avançar o diálogo, a transparência e a democracia em todos os espaços da UFRGS.

Encontro Regional de Aposentados Região Sul reúne aposentados de diferentes regiões do país



Ocorreu de 18 a 22 de abril em Porto Alegre o segundo Encontro Regional de Aposentados da Fasubra, desta vez situado na Região Sul, o evento foi organizado pela Assufrgs Sindicato. Participaram do evento aposentados e representantes dos sindicatos dos técnico-administrativos dos três estados do Sul: Santa Catarina, Paraná e Santa Catarina, além de sindicatos de estados como Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

As entidades que marcaram presença foram ASSUFRGS – RS, CIS/UFRGS – RS, ASSUFMS – RS, SINDITEST-PR, SISTA – MS, SINTUFEPE – PE/UFRPE, ASUFPEL – RS, SINTEST – RN, SINTUFSC-SC, SINTUFEJUF-JF, SINTEMA – MA, SINDTIFES/PA, SINDICATO ASSUFOP-OP, SINTUFF – RJ, CIS/UFPB – PB, SINTESTPB – PB

O evento teve três dias de palestras que abordaram temáticas importantes para a vida dos aposentados como Saúde do Idoso em abordagens sobre a visão da psicologia, a importância da prática de exercícios físicos e o planejamento para o futuro.

Também ocorreram falas sobre a segurança do idoso. A policial civil Najla Maria Rodrigues dos Santos, especialista em Ética e Educação em Direitos Humanos/FACED-UFRGS, afirmou na sua palestra que os idosos devem estar "atentos aos direitos que estão na constituição e no estatuto do idoso, que dão segurança para quem está na terceira idade." Ela também destacou que muitas vezes as agressões físicas ou psicológicas ocorrem muitas vezes dentro do ambiente familiar".

O encontro também contou com palestras sobre a atual conjuntura política internacional e nacional e sobre as contrarreformas do governo Temer, entre elas da Previdência, e como elas irão atingir quem está prestes a se aposentar ou já aposentado.

Ao final do evento, que contou ainda com uma confraternização (feijoada com pagode) na sede campestre da Assufrgs Sindicato, foi elaborada uma carta que será encaminhada à Fasubra e Governo Federal, Deputados e Senadores. Entre os apontamentos do documento escrito pelos aposentados durante o evento estão pedidos para a inclusão de temáticas dos interesses dos

aposentados nas atividades dos sindicatos da categoria e que os sindicatos de base incentivem a participação de aposentados (as) e pensionistas em atividades e eventos; Também está presente pedido que os Estados e o Governo Federal providenciem com urgência a implantação da Delegacia do idoso em todos os Municípios, bem como cumpram a Constituição Federal no que se refere à saúde do idoso, a alimentação e a moradia;

Outros encaminhamentos estão indicações para que os sindicatos de base firmem parceria com os Centros de Educação Física e os cursos da área de saúde das Universidades para oferecerem aos idosos (as) atividades físicas e acompanhamento gratuitos e que os Sindicatos de base lutem pela participação dos aposentados (as) nos Conselhos Superiores das IFES. Segundo a coordenação de aposentados da Fasubra, Darci da Silva e Maria Loura Silveira, o evento "foi um sucesso, com a abordagem de temáticas relevantes para a realidade dos aposentados e de unidade entre os representantes de diferentes locais do país."